

Adaptação e originalidade na construção de um pensamento econômico nacional

Daniel do Val Cosentino; Roberto Pereira Silva; Thiago Fontelas Rosado Gambi
Professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas
(UNIFAL-MG)

Resumo:

Este texto discute a possibilidade de reconstituição histórica de pensamentos econômicos nacionais que contemple aspectos geográficos, históricos e sociais. Tal possibilidade reside na afirmação do pluralismo metodológico, bem como na crítica à pretensa universalidade da teoria econômica, e, para discuti-la, abordam-se duas questões metodológicas que criam dificuldades na elaboração de histórias do pensamento econômico. A primeira diz respeito à consideração de um pensamento econômico nacional e passa pela distinção entre análise econômica e pensamento econômico, e pelas implicações metodológicas que ensejam. Esta distinção sugere, em alguma medida, a universalidade da teoria econômica, enquanto uma abordagem não disjuntiva respeita a economia em sua diversidade. A segunda questão, intimamente relacionada à primeira, enfrenta o problema da definição de um pensamento econômico nacional e, como desdobramento, os critérios que o definiriam, enfatizando a adaptação e a originalidade. Assim, seria possível reconstituir historicamente o pensamento econômico nacional a partir de sua capacidade de compreensão de realidades específicas, seja pela adaptação criativa de teorias oriundas de outras realidades nacionais, seja pela sua própria originalidade. A construção daquele pensamento econômico considera de modo mais coerente os problemas nacionais e abre, para os países periféricos, uma alternativa à subordinação ao centro na produção de ideias econômicas.

Palavras-chave: pensamento econômico, nacionalidade, originalidade

Abstract:

This paper discusses the possibility of historical reconstruction of a national economic thought. This possibility lies in the assertion of methodological pluralism, as well as a criticism of the alleged universality of economic theory. It is discussed two methodological questions that create difficulties in the construction of histories of economic thought. The first passes by the distinction between economic analysis and economic thought. This distinction suggests, to some extent, the universality of economic theory, while a non-disjunctive approach respects economics in its diversity. The second question, closely related to the first, faces the problem of defining a national economic thought, emphasizing adaptation and originality. The construction of economic thought that considers more coherently national problems opens to the peripheral countries an alternative to the center subordination in the production of economic ideas.

Keywords: economic thought, nationality, originality

Adaptação e originalidade na construção de um pensamento econômico nacional

Introdução

Este texto discute a possibilidade de reconstituição histórica de pensamentos econômicos nacionais que contemple aspectos geográficos, históricos e sociais. Tal possibilidade reside na afirmação do pluralismo metodológico, bem como na crítica à pretensa universalidade da teoria econômica, e, para discuti-la, abordam-se duas questões metodológicas que criam dificuldades na elaboração de histórias do pensamento econômico.

A primeira diz respeito à consideração de um pensamento econômico nacional e passa pela distinção entre análise econômica e pensamento econômico. Quais seriam as implicações metodológicas se a deixássemos de lado ao historiar o pensamento econômico? Tal distinção remete à questão da universalidade do conhecimento econômico. Como a análise econômica tem pretensão caráter universal, haveria espaço apenas para uma história do pensamento econômico, aquela que reconstruiria sua evolução teórica até a fronteira do conhecimento na contemporaneidade. Nesse quadro são negligenciadas as especificidades teóricas e conceituais que podem ser referidas a determinada nacionalidade,¹ constituindo-se um problema para os que consideram a diversidade do conhecimento econômico. Por isso, a razão de ser do estudo do pensamento nacional é

o princípio que define economia como uma ciência que é sujeita a construções metodológicas diferentes e complementares, uma ciência que recusa a priori a delimitação rígida de um foco de atenção exclusivo. Se esse princípio for aceito, seremos forçados a reconhecer que as histórias do pensamento econômico nacionais, especialmente nos países que contribuíram pouco ou nada para o que é considerado ciência econômica universal, podem desempenhar uma inestimável missão, revelando como a realidade econômica e os padrões da ciência econômica são também produtos e resultados de diferentes circunstâncias culturais e históricas (ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.13).

Por isso, a segunda questão, intimamente relacionada à primeira, enfrenta o problema da definição de um pensamento econômico nacional e, como desdobramento, os critérios que o definiriam, enfatizando a adaptação e a originalidade. Seria possível reconstituir historicamente o pensamento econômico nacional a partir de sua capacidade de compreensão de realidades específicas, seja pela adaptação criativa de teorias oriundas de

¹ Para Carlton Hayes, “nationalism is a modern emotional fusion and exaggeration of two very old phenomena – nationality and patriotism. There always have been, so fas as historians and anthropologists know, human entities that can properly be called nationalities. There has been from ancient times the love of country or native land, which is patriotism” Apud MOFFAT (1928). Referimo-nos aqui à nacionalidade como a realidade nacional concreta em que o pensamento econômico é produzido.

outras realidades nacionais, seja pela sua própria originalidade? Acredita-se que sim e que tal reconstituição passa necessariamente pelo estudo das formas de transmissão e assimilação do conhecimento econômico em diferentes realidades.

Em síntese, essas são as questões que guiam a discussão apresentada neste texto, que está dividido em duas partes. A primeira aborda a distinção entre análise econômica e pensamento econômico tendo como ponto de partida a distinção clássica de Schumpeter em sua *História da Análise Econômica* [1954]. A segunda, intimamente relacionada à primeira, enfrenta o problema da nacionalidade do pensamento econômico e, ao mesmo tempo, discute os critérios que definiriam o pensamento econômico nacional na periferia, enfatizando a adaptação e a originalidade. A construção desse pensamento econômico considera de modo mais coerente os problemas nacionais e abre, para os países periféricos, uma alternativa à subordinação ao centro na produção de ideias econômicas. Vale lembrar as palavras de Cardoso (2001, p.13) que justificam a discussão dessa questão e a busca de uma metodologia para se construir uma história do pensamento econômico nacional:

as histórias nacionais serão tanto mais úteis quanto melhor servirem como ferramenta de captação e aprendizagem dos fluxos internacionais de ideias e teorias econômicas. A verdadeira razão de ser destas reside na possibilidade de poderem servir propósitos de compreensão e transformação das sociedades – bem localizadas no tempo e no espaço – que as requisitam e exigem.

1. Pensamento econômico ou análise econômica?

A distinção entre pensamento econômico e análise econômica nos remete à obra de Schumpeter (1964) já referida na introdução do texto.² Logo no início de seu livro, discutindo a questão do método, o autor, ao buscar justificar o estudo da história, argumenta que “a matéria econômica é um processo histórico único, de modo que, a largo alcance, a economia de diferentes épocas trata de diferentes conjuntos de fatos e problemas”. Portanto, a história das doutrinas econômicas seria de grande interesse. Entretanto, para ele, “a economia científica não carece de continuidade histórica” e seu objetivo principal com a obra seria descrever “o processo pelo qual o esforço dos homens para compreender o fenômeno econômico produz, aperfeiçoa e destrói as estruturas analíticas numa sucessão interminável” (SCHUMPETER, 1964, p.26).

² Subjaz a essa distinção a questão da cientificidade da economia, explicitada no final do século XIX e início do XX. Ela aparece, por exemplo, nos trabalhos de Menger (1985) e Schmoller, que se envolveram na chamada Batalha dos Métodos, e de Neville Keynes (1999), na discussão sobre a positividade e normatividade em economia.

Apesar de observar a importância do contexto histórico e a influência da ideologia sobre a produção do conhecimento econômico, sua tese ao longo do livro seria demonstrar que a economia não difere substancialmente das outras ciências exatas. Ou seja, a teoria econômica seria uma sucessão de análises, específicas de seu tempo, carregadas de verdades científicas, que ao longo do tempo se aperfeiçoam em busca de uma verdade absoluta. Esse seria o passo metodológico decisivo para a distinção entre análise econômica e pensamento econômico. Nessa distinção, a análise econômica seria a economia em si, que junta história, sociologia, teoria e estatística para explicar a realidade; já o pensamento econômico estaria ligado à prática ou, por assim dizer, à idéia de política econômica. Assim, o autor distingue claramente a análise como teoria e o pensamento como prática, apesar do aparente engano semântico.

Logo, para Schumpeter, o pensamento econômico estaria ligado à “exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” ou “a soma total de todas as opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público”. Daí surge a distinção essencial referida acima, porque a teoria econômica construída com base na técnica carregaria uma verdade que se sobreporia ao contexto histórico e à ideologia do economista. A análise econômica não estaria interessada no que determinado autor “defendeu, mas, sim, em como defendeu e quais instrumentos de análise foram usados para isto” (SCHUMPETER, 1964, p.65).

A despeito dos problemas metodológicos que essa distinção acarreta ao historiador do pensamento econômico preocupado em delinear uma história que leve em consideração os determinantes sociais presentes nas teorias ou na análise econômica, a visão de Schumpeter teve desdobramentos marcantes na teorização da história do pensamento econômico. Dessa forma, iremos repassar esses desdobramentos antes de tratarmos das críticas e alternativas que procuram superar essa visão.

A aceitação e desenvolvimento da tipologia conceitual elaborada por Schumpeter teve um desdobramento importante na obra de Mark Blaug, que a incorporou em seus estudos sobre história do pensamento econômico, num livro que sintomaticamente tem como título *Economic Theory in Retrospect* [1962]. Esse livro, concebido como um livro-

texto, em suas linhas iniciais, explicita a opção metodológica de seu autor (BLAUG, 1983, p. 1):

Este é um estudo crítico das teorias do passado. Concentra-se na análise teórica dos principais economistas, deixando de lado suas vidas, seu desenvolvimento intelectual, seus precursores e propagadores. A crítica implica critérios de julgamento e os meus são aqueles da teoria econômica moderna.³

Assim, de imediato podemos perceber a eliminação dos condicionantes sociais e históricos para a compreensão dos autores, bem como o procedimento epistemológico de não apenas apresentar as ideias dos economistas, mas de estabelecer julgamentos de acordo com os desenvolvimentos modernos da teoria econômica. Dessa forma, retoma a questão evolutiva de uma ciência que a cada passo se aproxima mais de um conjunto de proposições capaz de explicar globalmente a realidade, de forma que o conhecimento atual sempre supera, incorpora e engloba o passado.

Essa posição metodológica de Mark Blaug é explicitada em outra circunstância na qual a tipologia de Schumpeter é avaliada sob uma nova nomenclatura que irá nortear as reflexões posteriores sobre o método da história do pensamento econômico: a distinção entre absolutismo e relativismo. São dois polos que enfatizam as opções entre uma história que se preocupa com as “errôneas opiniões de homens mortos” e outra que a considera como um “repositório de uma série de antecipações prescientes”, que são anteriores e extrapolam o âmbito do método da economia, tendo sua origem na filosofia alemã.

o [polo] relativista considera cada teoria desenvolvida no passado como uma reflexão mais ou menos confiável das condições contemporâneas, cada teoria sendo, a princípio, igualmente justificável em seu contexto; o [polo] absolutista tem olhos apenas para o estrito desenvolvimento intelectual do assunto, considerado como uma progressão permanente do erro à verdade. Relativistas não podem hierarquizar as teorias de diferentes períodos em termos de melhor ou pior; absolutistas também não podem ajudar, mas fazem essa hierarquização (BLAUG, 1983, p. 2).⁴

Essa tipologia, portanto, guarda a dicotomia estabelecida por Schumpeter entre análise e pensamento econômico, na qual a posição relativista, preocupada com as condições sociais e econômicas do economista e seu contexto mais geral, assimila a teoria econômica com a resolução/formulação de problemas específicos de seu tempo, de forma

³ This is a critical study of theories of the past: it concentrates on the theoretical analysis of leading economists, neglecting their lives, their own intellectual development, their precursors, and their propagators. Criticism implies standards of judgement, and my standards are those of modern economic theory (BLAUG, 1983, p. 1). Tradução dos autores.

⁴ the relativist regards every single theory put forward in the past as a more or less faithful reflection of contemporary conditions, each theory being in principle equally justified in its own context; the absolutist has eyes only for the strictly intellectual development of the subject, regarded as a steady progression from error to truth. Relativists cannot rank the theories of different periods in terms of better or worse; absolutists cannot help but do so (BLAUG, 1983, p. 2). Tradução dos autores.

que o julgamento da teoria estaria ligado à sua efetividade em condições específicas nos debates e controvérsias contemporâneas, de pouco valendo a ênfase nos desdobramentos da teoria econômica moderna. Por outro lado, a posição absolutista se assemelha à análise econômica shumpeteriana em seu processo de produção e aperfeiçoamento das “estruturas analíticas” vistas de forma evolutiva, importando pouco os parâmetros sociais e históricos, uma vez que considera a análise um objeto autônomo em relação a fenômenos e situações particulares. Esses são os tipos extremos e os historiadores do pensamento econômico tendem a se aproximar de um ou outro polo:

adotar uma interpretação relativista ou absolutista da matéria depende inteiramente das questões que queremos levantar. Se o comentador está interessado em explicar porque certas pessoas tiveram certas ideias em determinado tempo, ele deve olhar para além da esfera do debate intelectual para uma resposta completa. Mas se ele quer saber porque alguns economistas no passado defendiam a teoria do valor-trabalho e outros acreditavam que o valor era determinado pela utilidade, e isso não era só ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas em países diferentes países e gerações, ele é forçado a se concentrar na lógica interna da teoria, tornando-se um absolutista (BLAUG, 1983, p.7).⁵

Embora pareça defender a abordagem absolutista, Blaug não julga qual das duas abordagens é a mais adequada para a reconstituição de uma história do pensamento econômico. Esse julgamento caberia ao historiador, que o faria baseado no objetivo de seu trabalho. Na mesma linha de Blaug, Cardoso (1989) afirma que a história do pensamento econômico é heterogênea e comporta diferentes abordagens, da conceitual-analítica à política-institucional. Neste último caso, em que as teorias devem ser relativizadas, valem as circunstâncias históricas como determinantes da interpretação da realidade econômica. Segundo o mesmo autor, essas duas abordagens, a da análise econômica e a do pensamento econômico, não são excludentes e formam, de fato, dois subcampos dentro do campo da história do pensamento econômico. O que acabará definindo o tipo de abordagem é a opção do pesquisador, determinada pelos seus objetivos (BLAUG, 1983; CARDOSO, 1989). Em termos semelhantes, Corry (2000) discute o lugar da teoria dentro da história do pensamento econômico, entendendo-o de duas maneiras: na primeira delas (relativista), a história do pensamento econômico ajudaria no ensino da teoria, permitindo a discussão de visões alternativas à ortodoxia; na outra ponta (absolutista), seria basicamente uma

⁵ Therefore, whether we adopt a relativista or absolutista interpretation of the subject depends entirely on the questions that we wish to raise. If a commentator is interested in explaining why certain people held certain ideas at certain times, he must look outside the sphere of intellectual debate for a complete answer. But if he wants to know why some economists in the past held a labour theory of value while others believed that value is determined by utility, and this is not only at the same time and in the same country but also in different countries generations apart, he is forced to concentrate on the internal logical of theory, willy-nilly becoming an absolutist (BLAUG, 1983, p.7).

ampliação do horizonte do economista (“*widening the economist’s horizon*”). Entretanto, considera-se aqui a segunda abordagem preferível à primeira. Seja análise, seja pensamento, as ideias econômicas interagem na realidade social de diferentes países, com culturas diversas e, portanto, com economias diversas, não sendo possível distinguir na história do pensamento econômico a lógica interna da teoria e o ambiente concreto em que ela foi construída.

Desdobramentos dessa discussão podem ainda ser visualizados em balanços contemporâneos sobre a problemática da história do pensamento econômico. Nesse sentido, O’Brien (2000) expõe o que seria a forma adequada de se empreender a história do pensamento econômico. Esta consistiria em considerá-la na própria base de conhecimento, “*mainstream approach*”, que o economista recebe. Denominada de Reconstrução Racional, ela teria como especificidade a apreensão da “lógica interna de uma teoria”, cabendo ao historiador a possibilidade de interrogar ou preencher lacunas encontradas em algumas delas. Nessa análise, há sempre a preocupação com a teoria econômica em si, a qual se torna o horizonte e o objeto da história do pensamento econômico. É nesse sentido que o recorte possível nessa história não é cronológico, mas temático, seja em termos de teoria — teoria macroeconômica, microeconômica, teorias do valor, etc. —, seja em termos de autores. O foco na teoria iria evitar o “relativismo” do tipo que enfatiza que a teoria econômica é um reflexo de eventos históricos coetâneos aos seus formuladores, embora o autor reconheça sua influência sobre a teoria. Em contraposição a esta colocação, temos o que Matthias Klaes (2007, pp.500-1) denomina Reconstrução Histórica, a qual deveria interpretar as teorias do passado tais como os seus autores originais as reconheceriam e aceitariam. Dessa perspectiva podemos apreender que essa polarização se encontra arraigada como um elemento incontornável nas discussões metodológicas sobre história do pensamento econômico: análise econômica e pensamento econômico conviveriam como abordagens justapostas e possibilidades metodológicas para os historiadores do pensamento econômico.

Embora sofisticada, a proposta metodológica inaugurada na história do pensamento econômico por Schumpeter pode levantar uma falsa questão a partir de uma falsa distinção. Ao tentar fazê-la, o economista austríaco forçou uma separação artificial e indevida entre o abstrato e o concreto, entre teoria e realidade. Esta separação traz consigo uma concepção problemática da história, como a história “do que se impôs”, como uma história das “teorias vencedoras”. Ou seja, a concepção de Schumpeter parece desconsiderar o fato de

que o pensamento econômico é resultado de determinada realidade histórica, assim como a própria economia, e que não faria sentido separá-los, pois não há só uma economia, como também não há só um pensamento econômico.

Maurice Dobb, por exemplo, em *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith* [1973], contrapõe-se à distinção metodológica schumpeteriana. A partir de uma perspectiva marxista, argumenta que o pensamento econômico é sempre uma resposta aos problemas da sociedade. Portanto, a teoria econômica responde a um contexto social e histórico, procura justificá-lo ou mesmo questioná-lo. Assim, haveria sempre alguma coisa subjacente ao pensamento econômico, que lhe daria sentido. Nas palavras de Dobb (1977):

independentemente do que se possa esperar a priori, a história da economia política, já a partir de sua origem, revela com abundante clareza quão próxima (e até mesmo de forma deliberada) a formação da teoria econômica esteve ligada à formação e defesa de políticas econômicas.

Assim, as ideias econômicas aceitas com mais alto grau de generalidade podem entrar em conflito com as práticas correntes em diferentes contextos na resolução de um problema e, por isso, o processo de crítica e desenvolvimento daquelas ideias vis-à-vis às realidades concretas “não pode deixar de ser influenciado pelo meio social (ou ponto de referência no complexo de relações sociais) do indivíduo ou ‘escola’ que formula o problema” (DOBB, 1977, p.28).

Desse modo, não é possível conceber a aceitação acrítica de uma análise econômica pretensamente universal. Hirschman (1963), a partir de sua experiência na América Latina, ataca o problema ao formular a interessante “síndrome do economista-visitante” (*Visiting Economist Syndrome*) por meio da qual critica as recomendações de política econômica, baseadas num conhecimento econômico supostamente universal, por parte de “especialistas” que não levam em conta as especificidades sociais e culturais de cada região (BIANCHI, 2007). Myrdal (1968) também chama a atenção para isso ao estudar o caso dos países do sul da Ásia, onde observa como era inadequada a aplicação de conceitos apropriados para países desenvolvidos em países subdesenvolvidos. Afirma categoricamente que nesses casos “pode ser mais seguro trabalhar sem modelo, do que utilizar um modelo deturpado ou defeituoso”. E talvez o exemplo mais importante nesse sentido venha do questionamento de Prebisch (2000) à divisão internacional do trabalho e à teoria das vantagens comparativas.

Assim, a relação entre o que Schumpeter chama de análise e pensamento econômico não seria distintiva, mas dialética, e justamente por isso, uma não poderia ser

separada da outra. E essa posição encontra eco no campo da história do pensamento econômico.⁶ Mas podemos aventar uma razão para a opção metodológica de Schumpeter. Seu trabalho reflete uma visão de mundo e uma opção teórica. Uma visão de mundo que crê na necessidade de uma exatificação das ciências sociais, na concepção falsificacionista e positiva da filosofia da ciência e na crença na existência de uma verdade econômica única e universal, cuja trajetória se reflete na história da análise econômica. Teríamos, ainda, uma opção teórica que apontaria o neoclassicismo e seus princípios fundamentais do equilíbrio geral como fronteiras do conhecimento econômico. Nos termos de Pérsio Arida (2003),⁷ seria uma forma de encarar a economia como “hard science”, confundindo a história do pensamento econômico com uma evolução teleológica das ideias, sem qualquer relevância para a formulação teórica. Em suma, ao distinguir análise econômica e pensamento econômico, a metodologia schumpeteriana quer separar o que é positivo do que é normativo, o que é ciência do que é moral, o que é técnico do que é político.

Dentro desse conjunto de reflexões que viemos apontando, quais as implicações de se fazer ou não a distinção entre análise econômica e pensamento econômico? Fazê-la implica no reconhecimento de que a economia é uma ciência metodologicamente próxima das ciências exatas, ainda que se admita a heterogeneidade do pensamento econômico. Significa entender a economia como um conjunto de conhecimentos que se acumulam e se aperfeiçoam ao longo do tempo sempre apresentando teorias de fronteira que representariam o conhecimento atual e válido. Mas a implicação mais importante é a aceitação de que o saber econômico é universal e de que o saber econômico original não tem nacionalidade. A economia como ciência pensa o mundo abstratamente e, por isso, pouco importa o lugar onde é produzida. Nacionalidade e originalidade são questões que não merecem figurar numa discussão desse tipo.

Contudo, não fazer a tal distinção implica em reconhecer a economia como uma ciência social. Significa entendê-la como resultado de determinações históricas e sociais, e respeitá-la em sua diversidade. Tal diversidade exige histórias do pensamento econômico plurais, tornando relevante a discussão da nacionalidade e originalidade em sua elaboração. A questão da universalidade ou nacionalidade do conhecimento é geral nas ciências

⁶ Cf., por exemplo, RONCAGLIA (2005); SCREPANTI; ZAMAGNI (2005, p. 4).

⁷ Cf. também BIANCHI (1988, capítulo 1).

humanas, assim como o debate sobre a originalidade desse conhecimento⁸. Reclamar a nacionalidade e a originalidade do conhecimento poderia ser uma atitude menor, mero desejo vaidoso de afirmar uma identidade. Se a economia é análise econômica, essas questões são realmente menores. Contudo, se não há distinção entre análise econômica e pensamento econômico, nacionalidade e originalidade tornam-se relevantes, porque as determinações sócio-históricas são fundamentais para a formação do pensamento econômico e para a formulação de teorias econômicas. Além disso, estão no cerne de reflexões autônomas sobre a própria realidade, o que é ainda mais dramático nos espaços econômicos periféricos, onde a busca por identidade se apresenta como necessidade histórica para superação de seus problemas específicos.

2. Pensamento econômico brasileiro ou pensamento econômico no Brasil?

Essa discussão metodológica sobre história do pensamento econômico precisa ser ainda alargada pela problemática da construção de um pensamento econômico nacional. O qualificativo, ao mesmo tempo em que restringe o escopo, amplia o problema, pois coloca a questão da nacionalidade ou dos influxos socialmente localizados para a elaboração da teoria, implicando, por outro lado, na relativização (não mais no campo da teoria, mas agora do objeto) da universalidade das teorias.

Cardoso (1989; 1997; 2001) trata detidamente dessa questão ao analisar o pensamento econômico em Portugal e a difusão das ideias econômicas na Europa, partindo da avaliação de que “a historiografia convencional do pensamento econômico não atribui suficiente atenção às características do desenvolvimento das ideias e teorias econômicas em contextos ou ambientes nacionais distintos” (CARDOSO, 1997, p.207). No contexto da distinção entre absolutismo e relativismo em história do pensamento econômico, Cardoso (1997) diz não haver razão para seguir a abordagem “absolutista” para o caso português pela mesma razão alegada por Bielschowsky (2004) para o caso brasileiro, a saber, a escassez de produção analítica. O autor adotará então a abordagem “relativista” e, dentro dela, diz ser indispensável discutir as condições concretas da assimilação que se faz em Portugal das ideias produzidas no exterior. Embora aceite a distinção de Blaug (e Schumpeter), Cardoso (1989:29) adverte que “a dimensão estritamente teórica é apenas um elemento [do pensamento econômico] e não o elemento essencial”.

⁸ Cf. CÂNDIDO (2000). Poderíamos fazer discussão análoga para a sociologia ou filosofia. Afinal, há filosofia brasileira ou filosofia no Brasil?

O problema que surge aí é a relação entre o cosmopolitismo⁹ e a nacionalidade, isto é, como fazer a mediação entre a história do pensamento econômico em escala internacional e nacional. Porém, colocar a questão nesses termos significa falar, de um lado, numa história do pensamento econômico internacional que expressaria certo tipo de pensamento econômico que escapa às especificidades, sendo mais abstrato, teórico, e, de outro lado, num pensamento econômico nacional que se apropria do pensamento internacional e, por meio da adaptação desse pensamento, busca seu caminho no contexto de determinada realidade. Ou seja, Cardoso traz para o terreno da nacionalidade a mesma questão que se discutia no campo metodológico e a resolve da mesma maneira: assim como há análise econômica e pensamento econômico, convivem também o pensamento econômico internacional, cosmopolita, e pensamentos econômicos nacionais.

Por isso sua principal preocupação é a difusão e assimilação do conhecimento econômico. Cardoso (1989) liga corretamente a originalidade às situações concretas vividas por cada país, mas não se pode negar, no caso da economia e de outros saberes, a existência de centros difusores de conhecimento. Para o autor,

sobre os temas passados em revista existe uma matriz de reflexão comum e padrões interpretativos que se impõem de forma quase espontânea. A especificidade de cada situação requer, naturalmente, uma adaptação criteriosa dos modelos cognitivos de utilização recorrente. Mas são as novidades trazidas por cada situação específica que concorrem para a configuração dos arquétipos de que a história é feita (CARDOSO, 2001, p.11)

Esse raciocínio implica a existência de pioneiros e seguidores, em termos de pensamento econômico, e a relação quase sempre é de pioneirismo no centro com seguidores na periferia. Isto é, o centro produz o conhecimento internacional e, posteriormente, a periferia o copia ou o adapta à sua realidade concreta, reflexo de uma posição subordinada. Valeria indagar por que, aparentemente, a adaptação desse pensamento costuma se dar na periferia. Se se trata de economia em abstrato, por que praticamente não há casos de produção teórica na periferia e adaptação no centro? O caminho do pensamento econômico não é de mão dupla, daí a importância de se pensar a questão da nacionalidade do pensamento econômico, sobretudo, nos países periféricos.

Como é óbvio, o desenvolvimento da pesquisa neste domínio dos processos de transmissão, assimilação e adaptação original de pensamento econômico, é tarefa que importa sobretudo realizar nos países periféricos, isto é, nos países que ocupam um lugar permanentemente ou quase sempre subalterno em relação à

⁹ Cardoso (1997:221) chama de cosmopolitismo a recepção e difusão da literatura econômica estrangeira no âmbito nacional.

criação do pensamento econômico dominante (CARDOSO, 1997, p.210; ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.3).

Ainda que seja assim, isso não eliminaria a possibilidade de um pensamento econômico original na periferia. O ponto é que essa originalidade seria derivada do pensamento econômico produzido no centro ou do pensamento econômico chamado há pouco de internacional, o que Cardoso (1997) chama de “adaptação original”, semelhante à ideia trabalhada por Gremaud (1997). No entanto, é preciso cuidar para não confundir pensamento econômico internacional com pensamento econômico universal. É da perspectiva da formação do pensamento econômico nacional em sua relação com o fluxo internacional de ideias que a história do pensamento econômico na periferia deve ser reconstituída. Porém, não se trata propriamente de uma relação dialética, pois o sentido da influência é costumeiramente de mão única e se expressa num fluxo de ideias que é muito maior de fora para dentro, restando aos países periféricos quase sempre a adaptação original.

A questão da nacionalidade e originalidade, todavia, não ocupa papel relevante em dois dos manuais de história do pensamento econômico mais difundidos no Brasil. Feijó (2001) não a discute, mas está implícito na introdução de seu livro que qualquer descrição ou prescrição (teoria ou política econômica) relativas ao campo da economia são consideradas pensamento econômico. Vale notar que este livro é derivado de cursos de História do Pensamento Econômico cuja preocupação é essencialmente didática. Já o livro de E. K. Hunt, embora tenha maior refinamento analítico, construindo uma história do pensamento econômico preocupada em analisar o conflito e a harmonia no sistema capitalista, oferece uma perspectiva semelhante à encontrada em Feijó quanto ao fato de que ideias econômicas constituem o pensamento econômico, embora ofereça critérios mais explícitos na seleção de pensadores.

Ao formularem implicitamente que o pensamento econômico é constituído por ideias econômicas, os autores se isentam da discussão sobre o que caracteriza, enquanto objeto e objetivo, o pensamento econômico. A questão importante aqui estaria na escolha dos pensadores que entrariam em determinada história do pensamento econômico, posto que qualquer pensador das questões econômicas pode eventualmente ser considerado um autor do pensamento econômico. Não surpreende que uma discussão sobre a nacionalidade e originalidade do pensamento econômico esteja ausente nesses livros, cujo objetivo é servir de base para cursos de história do pensamento econômico que exigem a reprodução de certo conteúdo considerado tradicional ou canônico. O problema é que tal ausência não

se restringe às análises com preocupação didática e de síntese e, por isso, a questão da nacionalidade e originalidade do pensamento econômico frequentemente deve ser buscada nas entrelinhas.

Tendo em vista essa característica, iremos rever, particularmente, alguns trabalhos que se referem ao debate das ideias econômicas no Brasil do século XIX.¹⁰ Se por um lado podemos considerar que há certa escassez de pesquisas de história do pensamento econômico brasileiro sobre esse período, por outro, um exame detalhado na literatura econômica e histórica nos faz descobrir alguns trabalhos sobre o assunto que nos ajudam a refletir a respeito das questões metodológicas discutidas anteriormente. Um trabalho pioneiro é o de Humberto Bastos, *O Pensamento Industrial no Brasil* [1952]. O livro pretende dar um perfil ou fazer uma introdução à história do capitalismo industrial brasileiro, “e sua luta para sobreviver aos embates com o capitalismo comercial nascente, aliado às vivências do patriciado rural e aos interesses especificamente alienígenas” (BASTOS, 1952, p. 8). Articulando as ideias nacionalistas e protecionistas à história do desenvolvimento industrial brasileiro, o autor discute as proposições de figuras fundamentais do pensamento econômico nacional. A nacionalidade se apresenta em sua obra no reconhecimento da especificidade e na busca da originalidade que pudesse substituir o conhecimento estrangeiro. Bastos conclui seu trabalho defendendo a ideia de que o capitalismo não é único e que não existe uma fórmula para se atingir o desenvolvimento e o progresso. Assim procura criticar aqueles que sempre defenderam ideias importadas, distantes da nossa realidade e ressaltar as ideias originais e preocupadas com o interesse nacional, com o desenvolvimento e melhor apropriação das riquezas. Para ele, “o nosso erro tem sido repetir axiomas estrangeiros e querer aplicá-los entre nós. Daí a ficção intelectual que se cria em relação ao Brasil em contraste com a sua realidade física.” (BASTOS, 1952, p.213).

Paul Hugon dá uma importante contribuição em *A Economia Política no Brasil*, texto originalmente publicado em 1955 e citado por grande parte dos trabalhos que

¹⁰ As principais obras sobre o pensamento econômico brasileiro definem seu marco inicial no século XX, porque sua discussão fundamental é o desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2004; MANTEGA, 1985). Estudar o pensamento econômico brasileiro no XIX é essencial para entender a formação desse pensamento na periferia e sua influência nas políticas econômicas adotadas. Além disso, se a estrutura econômica do país se altera do século XIX para o XX, sua condição periférica se mantém. Portanto, estudar o pensamento econômico brasileiro do século XIX ajuda a compreender a formação do pensamento econômico brasileiro atual. Nesse sentido, concordamos com a crítica de Beauclair (2001) a economistas que desconsideram o século XIX como período relevante para a história do pensamento econômico brasileiro. Fazê-lo depende de uma opção metodológica, o que tentamos discutir brevemente até aqui.

abordam o pensamento econômico no Brasil durante o século XIX e o início do século XX. Não há no texto qualquer análise metodológica, contudo, em uma nota o autor sintetiza os objetivos do seu estudo: “Nessas páginas trataremos de economia política brasileira: a fim de poder estabelecer uma ligação entre o presente estudo especializado e as questões gerais relativas ao ensino e à cultura brasileira” (HUGON, 1994, p.393). O grande mérito de seu trabalho é analisar como a Economia Política foi introduzida no Brasil a partir do estudo do seu ensino nos cursos superiores no país, um estudo típico de difusão do conhecimento.¹¹

Para tanto, começa analisando a obra de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, e o seu pioneirismo a partir do seu “Princípios de Economia Política” de 1804 e de sua nomeação, por decreto real de D. João VI em 1808, para ministrar a disciplina de Economia Política, que seria instituída no Brasil a partir de então. Ademais, procura mostrar a influência de Adam Smith no pensamento de Cairu e argumentar que ele não era um simples vulgarizador das ideias do mesmo. Hugon apresenta Cairu como um pensador que refletiu sobre a economia política a partir da realidade nacional. Ou seja, a partir da realidade brasileira, do seu passado colonial e da sua estrutura, evidentemente peculiar se comparada com a Inglaterra de Smith. Assim, destaca Cairu como um defensor da indústria, um liberal, mas antes de tudo, um nacionalista, comercialista e industrialista, um defensor da construção de uma economia nacional, que na opinião do autor, adiantou o essencial das ideias de List no importante “Sistema nacional de economia política”. No limite, José da Silva Lisboa seria responsável por elaborar uma doutrina especificamente brasileira.

Ademais, discute o ensino de economia política nas Faculdades de Direito, onde, segundo o autor, exclusivamente se ensinou a disciplina durante os anos de 1827 a 1863. Sua análise se concentra nos autores abordados e discutidos no ensino da disciplina e argumenta que a mesma não teve influência única e exclusivamente da economia política inglesa. Analisa ainda o ensino da disciplina na Escola Politécnica, iniciado a partir de 1869. Assim como no caso das Faculdades de Direito, procura apresentar os autores

¹¹ Assinale-se que a opção por uma história do ensino da economia no Brasil é tema candente na própria trajetória de Paul Hugon, que fez parte do processo de constituição da Universidade de São Paulo. De origem francesa, assim como diversos outros professores, que na USP (Universidade de São Paulo) trabalharam (como Fernand Braudel, François Perroux e Maurice Byé), Hugon era responsável pela cátedra de *Economia Política e História das Doutrinas Econômicas* na FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e participou ativamente da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, voltada exclusivamente ao ensino e pesquisa de economia. Ou seja, o autor estava diretamente ligado à questão do ensino de economia. Cf. PINHO, 1994.

discutidos e apresentados nos cursos, além de mostrar como os responsáveis pela disciplina tiveram grande ligação com o poder público (José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, Aarão Reis, Vieira Souto) e como a disciplina estava voltada para a compreensão da situação da economia brasileira. Ao final do texto, Hugon discorre sobre a formação dos departamentos e cursos de economia, partindo da introdução da economia política no quadro das ciências sociais e a consequente independência da disciplina e a formação das Faculdades de Economia. O trabalho pioneiro de Hugon apontou caminhos e, por isso, é citado por quase todos os estudiosos sobre o pensamento econômico brasileiro. O critério de seleção de pensadores adotado pelo autor está diretamente ligado ao ensino de economia e à difusão das ideias estrangeiras no país e não especificamente à nacionalidade e originalidade do conhecimento econômico. Por isso, sua preocupação maior era antes com o pensamento econômico no Brasil do que propriamente o pensamento econômico brasileiro.

Heitor Ferreira Lima entra neste breve panorama com seu livro *História do Pensamento Econômico no Brasil* [1976] ao adotar uma opção metodológica que não reduz a história do pensamento econômico a simples apresentação de ideias de pensadores que considerava mais importantes. Ao contrário, o autor apresenta um trabalho de síntese, em que intercala a história dos acontecimentos com a história das ideias e a relação entre elas. Ademais, cabe ressaltar a sua escolha por retratar o pensamento econômico no Brasil desde os tempos coloniais e como esse período, assim como as raízes portuguesas, influenciaram na formação das ideias econômicas no Brasil. Cabe observar o critério de escolha dos pensadores e figuras mais importantes a serem retratados: quase todos homens da política, ligados ao poder, aos governos. Mais do que isso, eles se apropriavam das teorias econômicas sempre a partir dos interesses que os moviam. Sejam eles interesses ligados às peculiaridades brasileiras ou aos interesses das elites brasileiras. Assim, Lima argumenta que o pensamento econômico no Brasil surge para dar sentido e justificar as ações políticas.

Pouco depois do livro de Ferreira Lima e na mesma linha de Hugon, surge o trabalho de Dorival Teixeira Vieira (1981). Neste texto, o autor discute a formação do pensamento econômico brasileiro, apresentando as principais influências a partir do ensino de Economia, primeiro nas Faculdades de Direito e Engenharia, posteriormente nas Ciências Sociais e depois, com a formação dos cursos de Economia, nas Faculdades e Departamentos de Economia. Interessante na análise é perceber como a disciplina se

desenvolveu no país. Um dos argumentos é que por ter se desenvolvido em Faculdades de Direito e Engenharia, teve sempre um caráter mais doutrinário, voltado à ação, às medidas políticas e ao desenvolvimento dos problemas econômicos nacionais. Assim, no Brasil, “não havia o ensino de Ciência Econômica, mas sim de Doutrinas Econômicas, mais ao sabor dos individualismos e das polêmicas, tão do grado da cultura brasileira durante os séculos XIX e XX”. (VIEIRA, 1981, p.355).

Mais recentemente, a tese de Amaury Gremaud aponta, inicialmente, a relação estabelecida por vários economistas entre os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico tardio brasileiro, ou seu subdesenvolvimento, e a ausência de um pensamento econômico concreto, que refletisse sobre a realidade brasileira durante o século XIX. Gremaud argumenta que para autores como Furtado e Peláez as concepções econômicas no Brasil do XIX estariam muito presas ao pensamento econômico produzido em economias desenvolvidas. Por isso careciam de originalidade e não foram capazes de transformar a realidade brasileira. Isto seria resultado da ausência de instituições formadoras de economistas com saber técnico definido, especificamente preparados para a realidade com as especificidades e os problemas decorrentes da economia brasileira. Gremaud questiona esta visão e argumenta que,

Mesmo partindo de matrizes teóricas europeias existe alguma originalidade no pensamento econômico brasileiro, se não no sentido de formular novos avanços teóricos, pelo menos em termos de reflexões sobre a nossa realidade e da adequação destas teorias a ela. Além do que, esta realidade era ponto importante na escolha feita pelos analistas nacionais dentro do leque de possibilidades teóricas apresentado pela Economia Política dos países centrais. Mesmo porque as pessoas envolvidas reconheciam os efeitos distributivos envolvidos na adoção das medidas preconizadas pelas diferentes teorias. É justamente a partir destes efeitos que se delineiam as alianças entre os diferentes grupos no que concerne a determinação da política econômica ao longo deste período. Novamente, pode-se até não concordar com as análises ou as adaptações das teorias à realidade nacional feitas quando da determinação da política econômica, porém não foi a falta delas que marcou política econômica no Segundo Reinado e da Primeira República (GREMAUD, 1997, pp.3-4)

Baseado em Hugon, Gremaud concentra sua análise na discussão da entrada e difusão da economia política no Brasil durante o século XIX. Seu objetivo parece ser mostrar como e de que forma a Economia Política chegou ao Brasil, como se iniciou e de que maneira se materializou o ensino de Economia Política no país, que preparava e formava a intelectualidade brasileira que, em algum momento, seria responsável pela formulação da política econômica nacional. “Assim busca-se apreender que tipo de concepção de Economia Política e, dentro desta, de teoria monetária, fazia parte da

formação acadêmica dos futuros formuladores da política econômica nacional.” (GREMAUD, 1997, p.7)

O autor argumenta que faz sentido estudar o pensamento econômico brasileiro durante o século XIX, pois, apesar de todos os problemas envolvidos, a ausência de “economistas técnicos”, ou institutos especializados, a elite intelectual recebeu formação em Economia Política, conheceu os teóricos da época e essa formação teve papel importante no debate e na formulação da política econômica durante o período imperial. Seguindo uma estrutura semelhante a de Paul Hugon, apresenta o ensino de economia política nas Faculdades de Direito e Engenharia brasileiras durante o século XIX, a partir de um exaustivo levantamento bibliográfico de trabalhos a respeito do tema, bem como das obras adotadas nos cursos e das ideias defendidas pelos professores. De modo geral, procura quase sempre identificar ideias originais e interpretações específicas a respeito da realidade brasileira nos personagens e temas que apresenta. Desta forma, destaca o poder de apropriação e adaptação da teoria econômica tradicional pelos catedráticos brasileiros do século XIX.

Ao analisar o pensamento econômico brasileiro a partir do ângulo do ensino de economia política, autores como Hugon e Gremaud evidenciam a originalidade de várias ideias concebidas no país. Por outro lado, destacam também o sentido prático que vários catedráticos davam às ideias econômicas. A análise do ensino de economia política no Brasil durante o século XIX consegue fornecer um retrato importante do pensamento econômico brasileiro no período. Isto é, um pensamento econômico que procurou sempre adaptar teorias econômicas dos países centrais. Conservadora ou progressista, poderíamos afirmar que tais adaptações não deixam ser originais, afinal refletiam sobre a realidade brasileira.

Em síntese, pensar a história do pensamento econômico brasileiro é, antes de tudo, pensar as ideias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre a economia e a realidade brasileira. Deste modo, são possíveis diversos critérios de seleção e determinação de pensadores e ideias a serem consideradas. De um lado, podemos entender que o pensamento econômico brasileiro foi, desde o seu início, menos acadêmico e mais prático e assim analisar a influência de algumas personalidades que pensaram a economia brasileira sobre a política econômica concreta. Por outro lado, pode-se refletir como a teoria econômica se difundiu pelo país e influenciou a política econômica e o ensino de economia ou buscar ideias e teorias originais surgidos a partir do Brasil.

O conjunto dos trabalhos acima mostra que havia não só um pensamento econômico no Brasil, no sentido da difusão das ideias econômicas, como um pensamento econômico brasileiro, no sentido da adaptação original. A reflexão a respeito da gênese do pensamento econômico brasileiro no século XIX impõe ao historiador a necessidade de uma periodização e definição de critérios para abordagem a respeito do tema.

Considerações finais

De tudo o que ficou exposto, percebe-se a dificuldade em se conceitualizar tanto a história do pensamento econômico, quanto sua predicação periférica, a história do pensamento econômico brasileiro. Fazer a distinção entre análise econômica e pensamento econômico implica em reconhecer, em alguma medida, o caráter universal e atemporal da teoria econômica. Não fazê-la significa quebrar uma oposição artificial e indevida, ao considerar determinações históricas e sociais no pensamento, e ao respeitar a economia em sua diversidade.

O respeito à diversidade na economia não implica, todavia, num mergulho no relativismo metodológico. Nesse caso, a questão se desloca da metodologia para a escolha dos historiadores. Não se trata de uma escolha entre dois polos como querem Schumpeter, Blaug e mesmo Cardoso, pois não se admite que o pensamento econômico possa ser universal, mas da definição dos critérios que irão nortear a reconstituição de determinada história do pensamento econômico. Muitas das questões em aberto nesta discussão provavelmente serão respondidas por esse recorte que, em última instância, é *valorativo*. Seria forçoso reconhecer que todas as ideias relacionadas à economia ou todos os autores e pensadores que produziram ideias relacionadas à economia podem fazer parte de uma história do pensamento econômico, desde que se tenha claro como se determina a escolha dos autores e que esta escolha tem uma finalidade e, portanto, não é neutra. Toda ideia sobre economia pode fazer parte de um pensamento econômico. Estudá-la ou não dependerá dos critérios de escolha que nos fizeram selecionar tal ideia ou pensador e dos objetivos do trabalho. Assim, certas escolhas ou “pensamentos” podem parecer relevantes ou não, e isso dependerá basicamente da forma como justificamos tal opção e como apontamos a sua relação e importância a partir dos objetivos do trabalho e do contexto em que tais reflexões foram produzidas e em que contexto serão abordadas.

Destacamos anteriormente critérios que poderiam ser utilizados para delimitar a reconstituição de uma história do pensamento econômico brasileiro no século XIX. Um

desses critérios ressalta a difusão do pensamento econômico a partir do ensino de economia e outro procura, por meio da análise abrangente, intercalar e relacionar história dos acontecimentos com a história das ideias. Existem outras possibilidades, por exemplo, a discussão de determinados personagens e pensadores, como Cairu, ou os estudos relacionados a temas específicos, como os debates em torno da política monetária brasileira durante o século XIX.

Dessa forma, podemos considerar o pensamento econômico de maneira ampla, sem esquecer a relação das ideias com a realidade e o contexto em que foram produzidas. Entram aí as questões da nacionalidade do pensamento econômico e de como defini-lo, considerando as ideias de adaptação e originalidade. Aqui, portanto, estaria uma chave, não só para a definição do objeto, ou melhor, para a consideração e explanação das hipóteses e expectativas que estão presentes na própria escolha do objeto, como também uma chave para revisão das histórias do pensamento econômico brasileiro, levando em conta a própria historicidade das escolhas e das análises. Nesse quadro, a construção do pensamento econômico torna-se capaz de atender, e ser coerente, com os problemas específicos de realidades econômicas diversas, abrindo uma alternativa à subordinação do pensamento periférico em relação ao centro na produção de ideias econômicas.

Dessa forma, seria preciso, ao se escrever um trabalho sobre história do pensamento econômico no Brasil, enfrentar as questões da adaptação e originalidade, enquanto elementos constituintes na estruturação de uma história do pensamento econômico brasileiro, pois são constitutivas de nossa formação cultural e intelectual. Admiti-las enquanto problemáticas significa um primeiro passo para a relativização do entendimento da teoria econômica enquanto uma evolução de elementos teóricos tendentes a uma síntese absoluta e universal do conhecimento econômico. Ademais, a colocação dessas questões permite vislumbrar a possibilidade de se apreender de forma mais positiva a história do pensamento econômico brasileiro no século XIX.

Referências bibliográficas

ALMODOVAR, António e CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. Londres: Routledge, 1998.

ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: RÊGO, J.M. e GALA, P. (Orgs.). *A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

- BASTOS, Humberto. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.
- BEAUCLAIR, G. M. O. *A construção inacabada: a economia brasileira (1820-1860)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2001.
- BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004;
- BLAUG, Mark. *Economic theory in retrospect*. Cambridge; London: Cambridge University Press, 1983.
- _____. On the Historiography of Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, 12, 1990.
- _____. No History of Ideas, Please, We're Economists. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 15, No. 1, 2001.
- BLAUG, Mark e VANE, Howard. *Who's Who in Economics*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- _____. *Pensar a economia em Portugal. Digressões históricas*. São Paulo: Difel, 1997.
- _____. *História do pensamento econômico português. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- CORRY, Bernard. Reflectons on the history of economic thought or 'a trip down memory lane'. In: MURPHY, A. & ENDERGAST, R. *Contributions to the History of Economic Thought. Essays in honour of R. D. C. Black*. London and New York, Routledge, 2000.
- DOBB, Maurice. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- FEIJÓ, Ricardo. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2001.
- GREMAUD, A. P. *Das controvérsias teóricas à política econômica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 1997.
- HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (org.), *As Ciências no Brasil*, 2ª Ed., V.2., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- KEYNES, John Neville. *The Scope and Method of Political Economy*. Kitchener: Batoch Books, 1999. (Original de 1890)
- KLAES, Matthias. Historiography. In: SAMUELS, Warren; BIDDLE, Jeff E.; DAVIS, John B. (eds) *A companion to the history of economic thought*. Oxford, England: Blackwell Publishing, 2007, pp. 500-501.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- _____. *Três Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama: an Inquiry into the Poverty of Nations*. Nova York: Pantheon, 1968.
- MENGER, Carl. *Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics*. Nova York: New York University Press, 1985. (Original de 1883).
- MOFFAT, James. Nationalism and Economic Theory. *Journal of Political Economy*, v.36, n.4, ago. 1928, pp.417-46.
- O'BRIEN, D. P. History of economic thought as an intellectual discipline. In: MURPHY, A. & ENDERGAST, R. *Contributions to the History of Economic Thought. Essays in honour of R. D. C. Black*. London and New York, Routledge, 2000. (edição em e-book sem numeração de página).
- PINHO, Diva Benevides. Economia política e a História das doutrinas econômicas. *Estudos Avançados*, v.8, n.22, São Paulo, 1994.
- RONCAGLIA, Alessandro. *The Wealth of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da Análise Econômica*. 1º Volume. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SCREPANTI, Ernesto e ZAMAGNI, Stefano. *An Outline of the History of Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005
- VIEIRA, Dorival Teixeira. A História da Ciência Econômica no Brasil. In: Ferri, Mário GUIMARÃES e MOTOYAMA, Shozo. (Orgs.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU: Edusp, 1981.